

ARH
ALENTEJO
Administração da
Região Hidrográfica
do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente
e do Ordenamento do Território

Sessão Técnica
Os Desafios na Gestão da Água



A Gestão da Água na Bacia Hidrográfica

Regiões Hidrográficas do Sado e Mira (RH6) e do Guadiana (RH7)

Universidade de Évora , 23 de Março de 2011

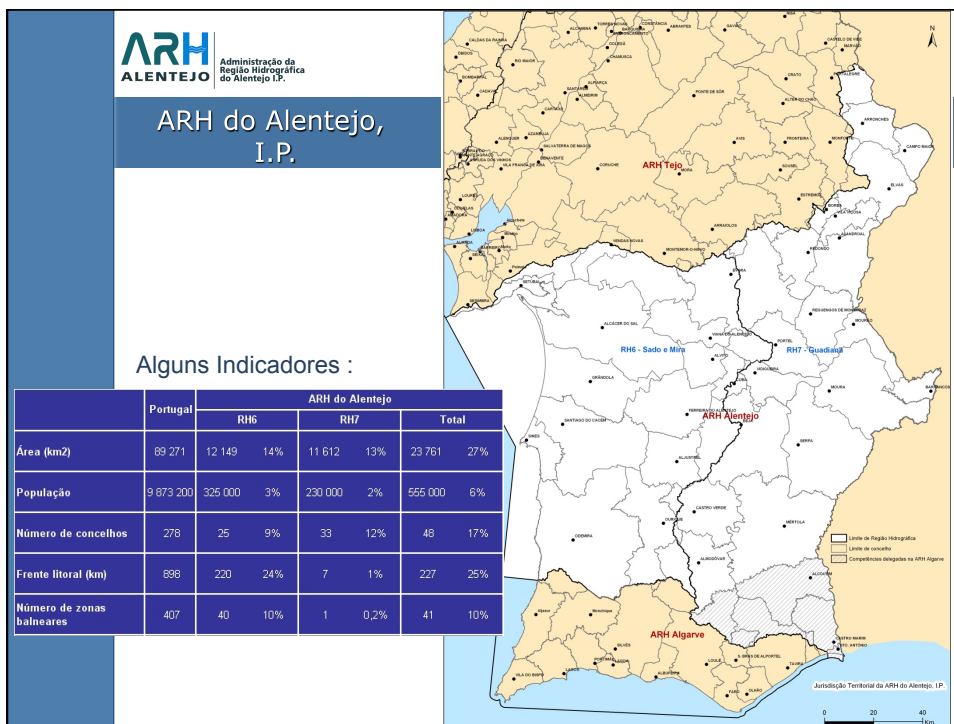
ARH
ALENTEJO
Administração da
Região Hidrográfica
do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente
e do Ordenamento do Território

SUMÁRIO



- Antecedentes Históricos da Gestão da Água
- Administrações de Região Hidrográfica
- Títulos de Utilização de Recursos Hídricos
- Regime Económico e Financeiro
- Planos de Gestão de Região Hidrográfica





Missão das ARH, I.P.

Proteger e valorizar as componentes ambientais das águas, bem como proceder à gestão sustentável dos recursos hídricos no âmbito das respectivas circunscrições territoriais de actuação




Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Enquadramento Estratégico

Visando a definição de estratégias para :

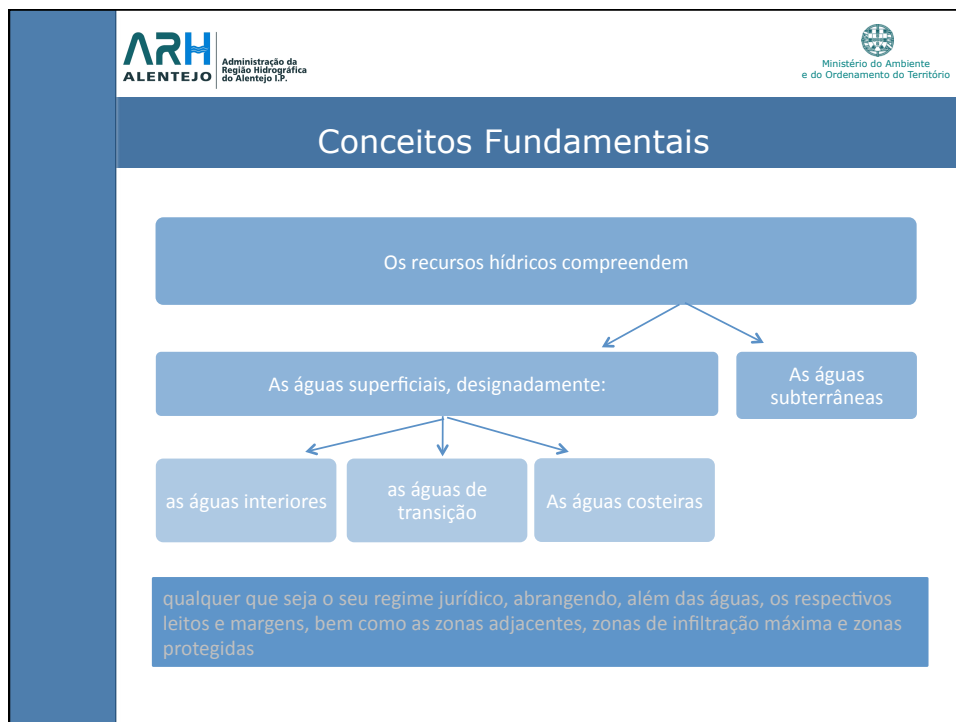
- uso eficiente da água;
- protecção da qualidade deste recurso;
- valorização da biodiversidade;
- segurança de pessoas e bens;
- salvaguarda da saúde pública.


Consagrar a água como elemento catalisador do processo de desenvolvimento sustentável a nível regional e local.


Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Principais Atribuições

- Planeamento de recursos hídricos (PGBH, PEGA, POAAP, POOC, POE);
- Gestão dos títulos utilização de recursos hídricos;
- Caracterização das bacias hidrográficas e das pressões;
- Requalificação recursos hídricos e sistematização fluvial;
- Gestão das redes de monitorização;
- Aplicação do REF.



ARH | Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.  Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos

Necessitam de TURH :

- As actividades com potenciais impactes significativos no estado das águas ou que impliquem a reserva de um maior aproveitamento desses recursos, quando em domínio público, por um particular

O tipo de título de utilização a atribuir prende-se, fundamentalmente, com a titularidade dos recursos hídricos:

- Autorização – atribuída sem prazo de validade
- Licença - atribuída pelo prazo máximo de 10 anos
- Concessão – atribuída pelo prazo máximo de 75 anos
- Comunicação prévia – comunicação sem prazo de validade
- Pedido de informação prévia – parecer emitido com a validade de 1 ano

ARH | Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.  Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Comunicação Prévia

A comunicação prévia de início de utilização é instruída com os seguintes elementos:

- identificação do utilizador e respectivo número de identificação fiscal;
- identificação e descrição da utilização;
- indicação exacta do local, com recurso às coordenadas geográficas.

A autorização pode ser substituída pela mera comunicação prévia de início de utilização, devendo ser efectuada por escrito, nos termos previstos.

A **captação de águas particulares** exige a simples comunicação prévia do utilizador à entidade competente quando os meios de extracção não excedam os 5 cv, salvo se a referida captação vier a ser caracterizada como tendo um impacte significativo no estado das águas.



ARH
ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Autorização

Estão sujeitas a autorização prévia as seguintes utilizações de recursos hídricos quando sobre leitos, margens e águas particulares:

- a realização de construções
- a implantação de infra-estruturas hidráulicas
- a captação de águas
- outras actividades que alterem o estado das massas de águas (e não identificadas como sujeitas a licença)

Com excepção dos casos de captação de águas para consumo humano o pedido de autorização considera-se tacitamente deferido na ausência de decisão expressa no prazo de 2 meses a contar da data da sua apresentação e desde que não se verifique qualquer dos pressupostos que impusesse o indeferimento.

ARH
ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Utilizações dos recursos particulares sujeitas a licença

Estão no entanto sujeitas a licença prévia as seguintes utilizações, quando sobre leitos, margens e águas particulares:

- A rejeição de águas residuais
- A recarga e injeção artificial em águas subterrâneas
- A execução de aterros e de escavações
- A extracção de inertes

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Utilizações sujeitas a concessão

Quando em domínio público:

A captação de água para abastecimento público	A captação de água para rega de área superior a 50ha;	A utilização de terrenos que se destinem à edificação de empreendimentos turísticos e similares;
A captação de água para produção de energia;	A implantação de infra-estruturas hidráulicas que se destinem aos fins referidos nas alíneas anteriores;	A implantação de serviços de apoio à navegação marítima ou fluvial;
As infra-estruturas e equipamentos de apoio à navegação de uso público, ainda que localizadas em margens e leitos privados conexos com águas públicas;	A implantação de equipamentos industriais ou de outras infra-estruturas que impliquem investimentos avultados;	A instalação e exploração simultânea de equipamentos e de apoios de praia

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Regime Económico e Financeiro

Os aproveitamentos dos recursos hídricos são actividades às quais estão associados custos públicos de planeamento, gestão e protecção

A compensação destes custos constitui uma exigência da gestão sustentável da água, através da internalização dos custos

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Regime Económico e Financeiro

O utilizador apropria-se de um recurso escasso, ao qual está associado um benefício particular significativo

A compensação destes benefícios constitui uma exigência de igualdade, de um bem que é útil a toda a comunidade

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

TRH – Base Tributável

A estrutura objectiva da TRH integra diferentes tipos de utilizações dos recursos hídricos:



A
Captação de águas do DPH

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

TRH – Base Tributável

A estrutura objectiva da TRH integra diferentes tipos de utilizações dos recursos hídricos:

E

Descarga de efluentes



ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

TRH – Base Tributável

A estrutura objectiva da TRH integra diferentes tipos de utilizações dos recursos hídricos:

I



Extracção de inertes do DPH

ARH
ALENTEJO | Administração da
Região Hidrográfica
do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente
e do Ordenamento do Território

TRH – Base Tributável

A estrutura objectiva da TRH integra diferentes tipos de utilizações dos recursos hídricos:

O

Ocupação do DPH



ARH
ALENTEJO | Administração da
Região Hidrográfica
do Alentejo I.P.


Ministério do Ambiente
e do Ordenamento do Território

TRH – Base Tributável

A estrutura objectiva da TRH integra diferentes tipos de utilizações dos recursos hídricos:

U

**Utilização de águas
sujeitas a
planeamento e
gestão públicos**



ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Afectação da Receita

As receitas resultantes da cobrança da Taxa de Recursos Hídricos são afectadas do seguinte modo:

Destinatário	Porcentagem
Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos	50 %
ARH	40 %
INAG	10 %

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

PGBH – Enquadramento Legal

Directiva Quadro da Água,
22 .Dez.2000

Lei n.º 58/2005, 20 Dez.
Decreto-Lei n.º 77/2006, 30 Mar.

- Até **2015** os Estados membros devem atingir o **Bom Estado** e o **Bom Potencial** das massas de águas
- Através da aplicação de programas de medidas especificados através de PGBH
- Transpõem a Directiva Quadro da Água
- A Lei da Água estabelece um novo quadro institucional para a gestão sustentável das massas de água, determinando reformas no quadro estratégico e operacional

Prevê como instrumentos de planeamento dos recursos hídricos:

- O Plano Nacional da Água (PNA)
- Os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH)
- Os Planos Específicos de Gestão das Águas (PEGA)

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

PGBH – Enquadramento Legal

→ **Região Hidrográfica** é estabelecida como a unidade principal de planeamento e gestão das águas (n.º 2 do art. 3º da Lei da Água)


PNA	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumento de natureza estratégica • Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política • A aplicar pelos PGBH e outros instrumentos de planeamento das águas
PGBH	<ul style="list-style-type: none"> • Visão a gestão a protecção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica, tendo por base a bacia hidrográfica • Incluem os programas de medidas
PEGA	<ul style="list-style-type: none"> • Complementares dos PGBH • Âmbito territorial (sub-bacia ou área geográfica específica) ou sectorial (relativo a um dado problema, tipo de água, aspecto específico, ou sector de actividade económica com interacção com as águas)

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

PGBH – Enquadramento Legal

Portaria n.º 1284/2009, 19 Out. → • Aprova as normas que definem o **conteúdo dos PGBH** (regulamenta o n.º 2 do Art. 29º da Lei da Água)

Parte 1 – ENQUADRAMENTO E ASPECTOS GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento legal e institucional do processo de planeamento, os objectivos dos Planos, os princípios de planeamento e gestão de recursos hídricos, a metodologia de elaboração e a estrutura dos Planos.
Parte 2 – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> • Resumo das características gerais da região hidrográfica, a identificação e caracterização das zonas protegidas e das massas de águas superficiais ou subterrâneas, a caracterização das pressões naturais e das incidências antropogénicas significativas, a análise das redes de monitorização e a avaliação do estado das massas de água.

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.  Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território


PGBH – Enquadramento Legal

Parte 3 – ANÁLISE ECONÓMICA DAS UTILIZAÇÕES DA ÁGUA

- Avaliação do **nível de recuperação de custos dos serviços da água**, a avaliação da **importância socio-económica das utilizações da água**, a nível local, regional ou nacional, a análise das **políticas de preços da água nos diferentes sectores** que exerçam pressões sobre as massas de água, enquanto instrumento de *incentivo à utilização eficiente da água* e de estabelecimento dum *contributo adequado à recuperação de custos*, incluindo os custos ambientais e de recurso.

Parte 4 – CENÁRIOS PROSPECTIVOS

- Análise das tendências que influenciam as pressões e os impactes gerados pelas utilizações da água, mediante a construção de cenários adequados.

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.  Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

PGBH – Enquadramento Legal

Parte 5 – OBJECTIVOS

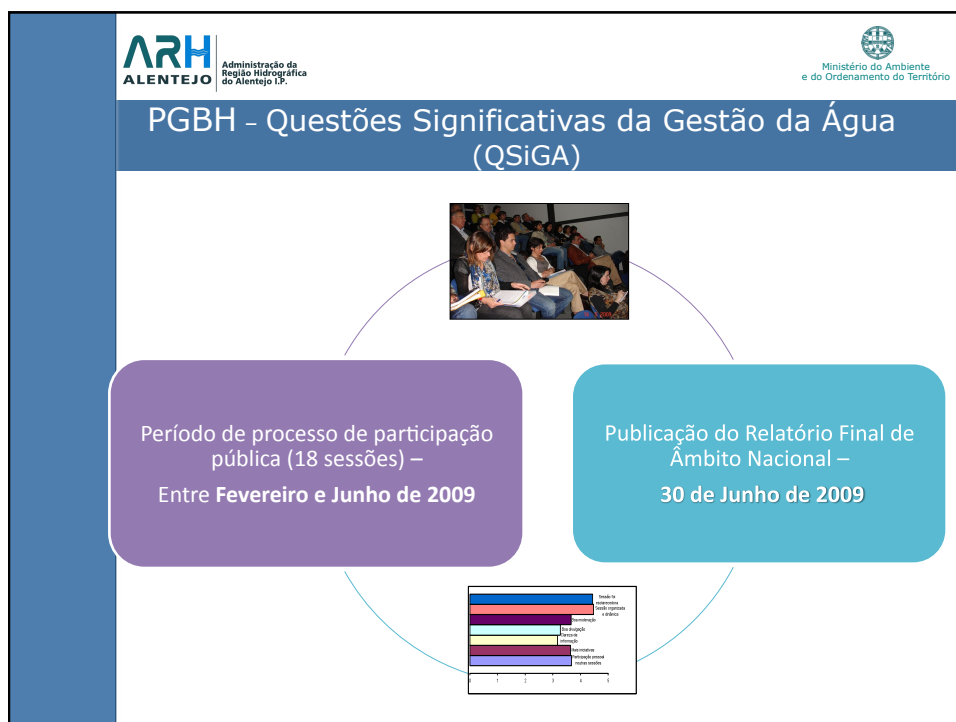
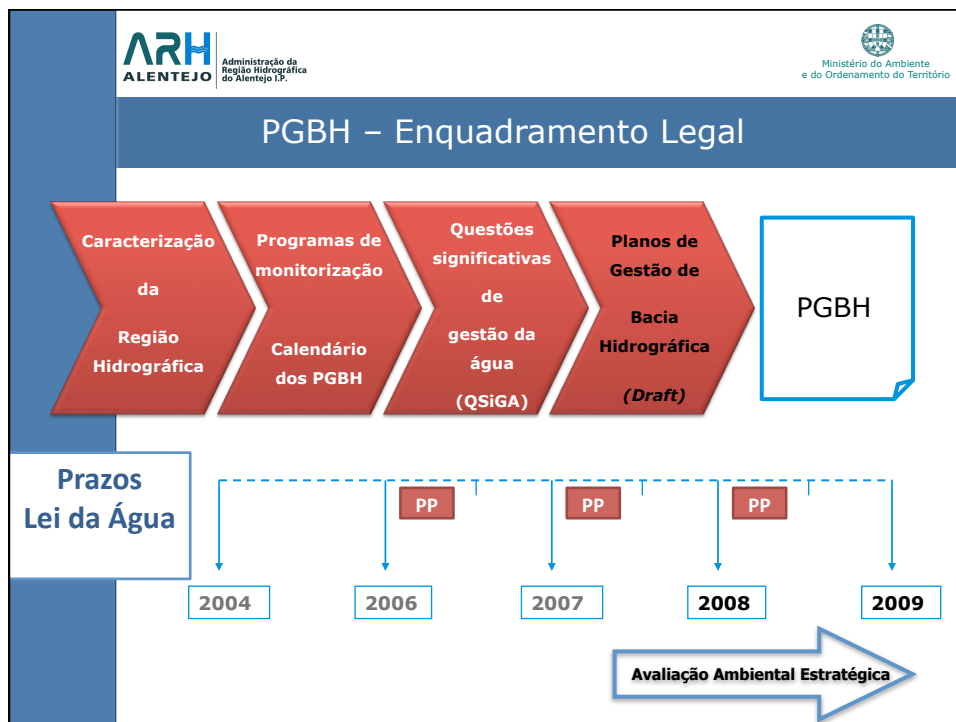
- Objectivos estratégicos e os objectivos estabelecidos para a região hidrográfica e massas de água ou grupos de massas de água. É, nesta parte, que serão explicitadas as situações de aplicação da prorrogação de prazos e derrogação de objectivos ambientais.

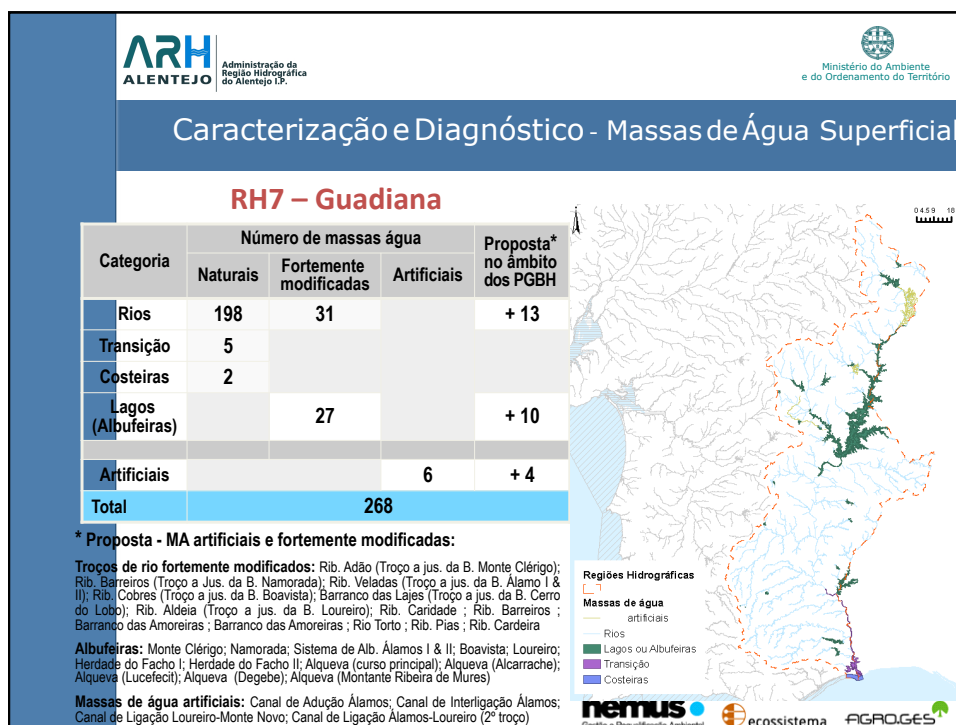
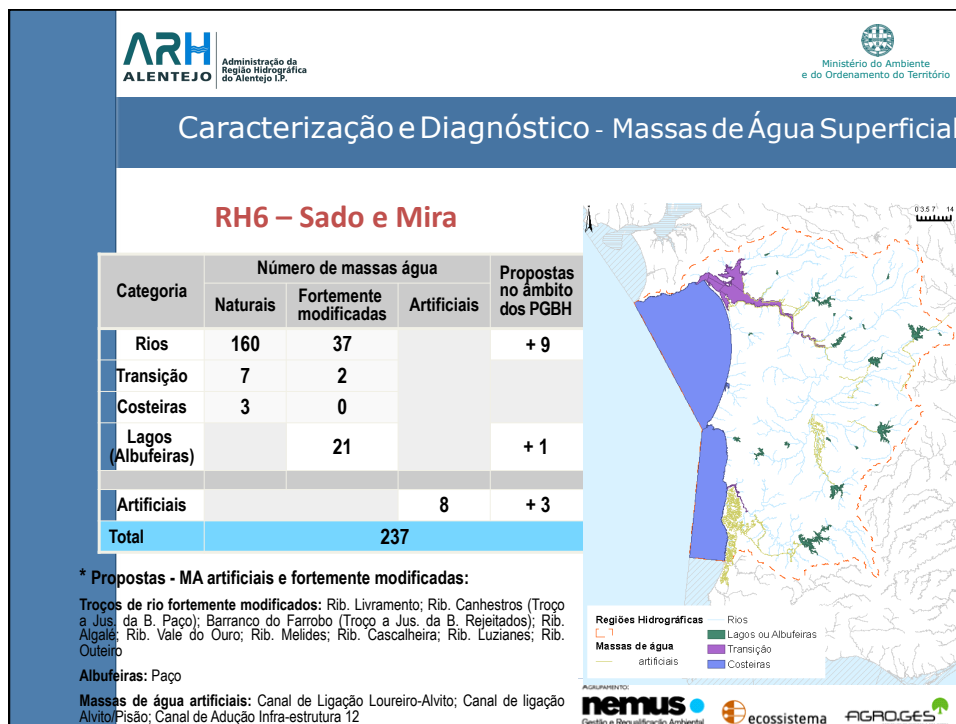
Parte 6 – PROGRAMA DE MEDIDAS

- Medidas a aplicar e que terá como objecto as massas de água ou agrupamentos de massas de água e incluirá medidas de base, medidas suplementares e medidas adicionais.

Parte 7 – SISTEMA DE PROMOÇÃO, DE ACOMPANHAMENTO, DE CONTROLO E DE AVALIAÇÃO

- Sistema organizacional que garante a promoção da aplicação dos Planos e assegura o controlo e a avaliação do respectivo progresso.





ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Caracterização e Diagnóstico - Massas de Água Superficial

Princípios da Avaliação do Estado

MA naturais:
Estado Ecológico + Estado Químico

MA artificiais e fortemente modificadas:
Potencial Ecológico + Estado Químico

Estado Final

Pior classificação entre os dois estados

Classificação do estado + Cumprimento legislação

zonas protegidas:

Metodologia de classificação – recurso a:

- Dados históricos;
- Dados da monitorização;
- Conhecimento pericial;
- Trabalho de campo;
- Dados da avaliação das pressões significativas (pontuais, difusas, morfológicas, hidromorfológicas);
- Modelação.

Estado/Potencial Ecológico

Elementos de Qualidade Biológica

Elementos de Qualidade Químicos e Físico-Químicos Gerais

Elementos de Qualidade Hidromorfológica

Estado Químico

Substâncias Prioritárias e outras Substâncias Perigosas com Menores desfechos a nível Europeu

AGUAMENTO: nemus Gestão e Requalificação Ambiental, ecossistema, AGROGES

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território


Caracterização e Diagnóstico - Massas de Água Superficial

Resultados da Avaliação do Estado – RH6


Total: 237 massas de água

- 113 MA com estado bom ou excelente (47,5%)
- 124 MA com estado inferior a bom: (52,1%)
 - 9 MA – mau
 - 26 MA – medíocre
 - 89 MA – razoável
- 1 MA – com estado indeterminado (0,4%)

AGUAMENTO: nemus Gestão e Requalificação Ambiental, ecossistema, AGROGES

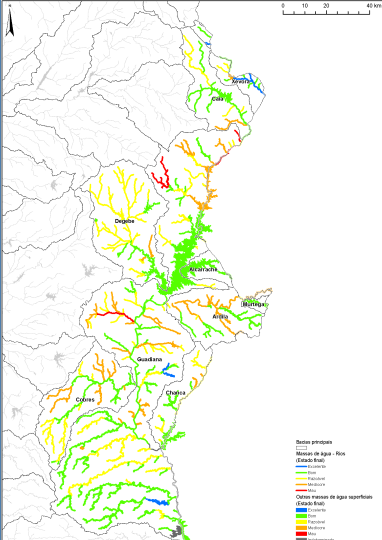


Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.



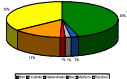
Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Caracterização e Diagnóstico - Massas de Água Superficial







Resultados da Avaliação do Estado – RH7

Total: 268 massas de água




- 128 MA com estado bom ou excelente (48%)
- 137 MA com estado inferior a bom (51%)
 - 4 MA – mau
 - 38 MA – medíocre
 - 95 MA – razoável
- 4 MA com estado indeterminado (1%)



Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.



Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Caracterização e Diagnóstico - Massas de Água Superficial

RH6

Águas de Transição

RH7

MA fortemente modificadas: WB1 e WB3

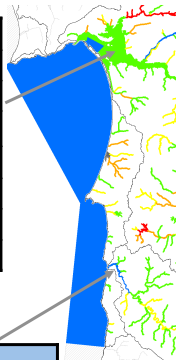
Potencial Ecológico	Bom
Estado Químico	Excelente/Bom
Estado final	Bom

MA naturais: WB4; WB5; WB6

Estado Ecológico	Bom
Estado Químico	Excelente/Bom
Estado final	Bom

MA natural: WB2

Estado Ecológico	Excelente
Estado Químico	Excelente/Bom
Estado final	Excelente






MA naturais: WB1, WB2, WB3

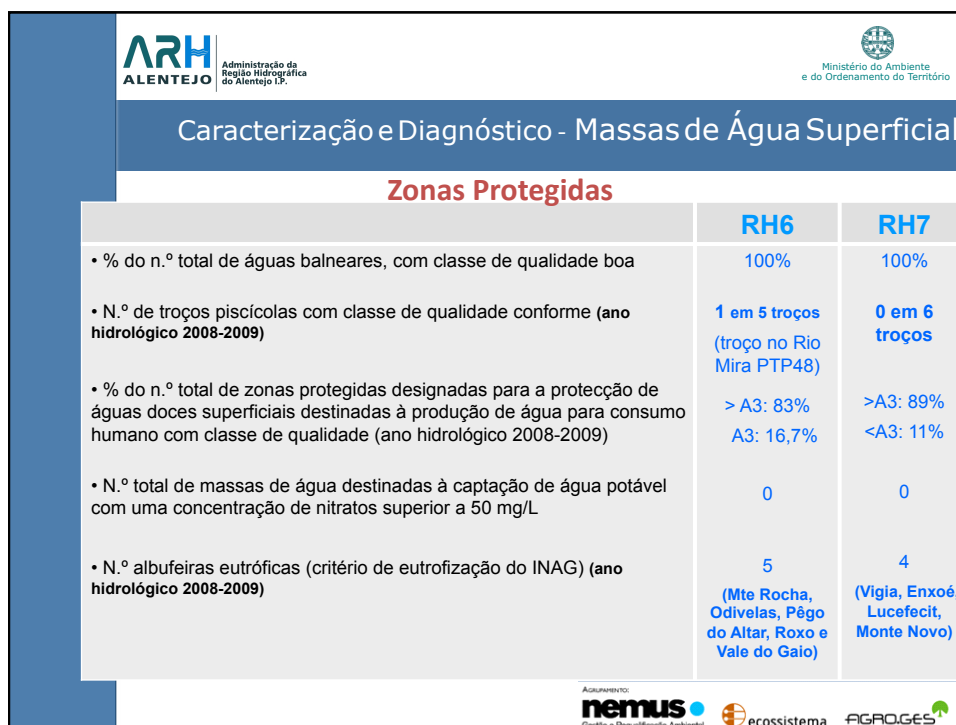
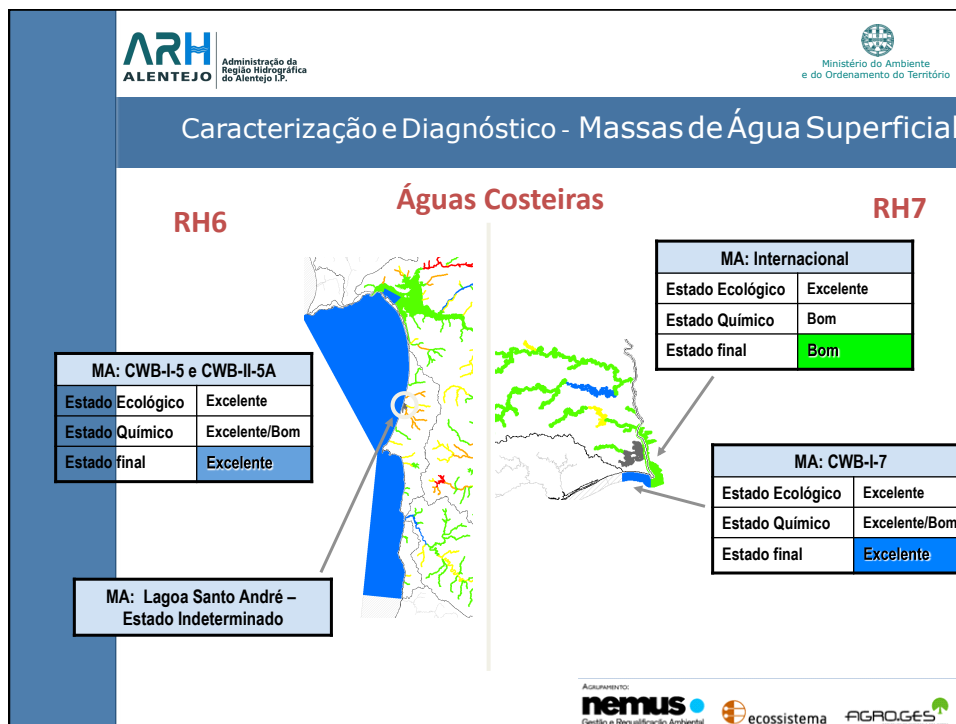
Estado Ecológico	Excelente
Estado Químico	Excelente/Bom
Estado final	Excelente

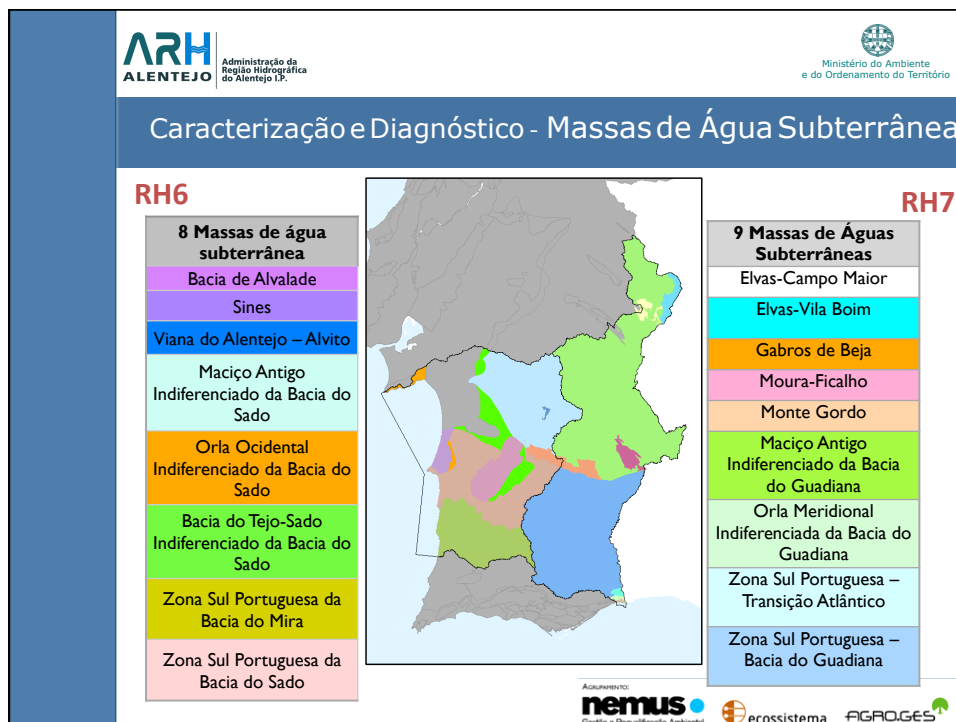
MA WB1


Estado Ecológico	Bom
Estado Químico	Excelente/Bom
Estado final	Bom

MA WB2, WB3, WB3F, WB4:
 Estado Final Indeterminado
 Estado Ecológico – elementos biológicos??
 Estado Químico – Bom/Excelente












Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.






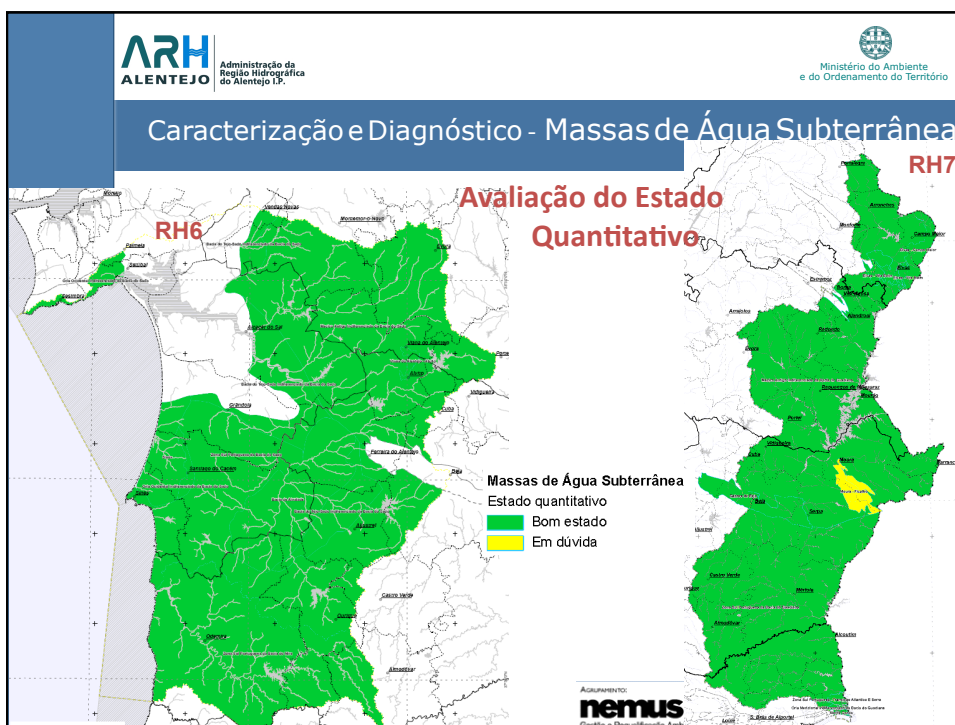
Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território


Caracterização e Diagnóstico - Massas de Água Subterrânea

Avaliação do Estado Quantitativo


Estado quantitativo	Teste
Critérios considerados para a avaliação do estado <ul style="list-style-type: none"> - Evolução dos níveis piezométricos - Recarga média anual a longo prazo - Extracções conhecidas e estimadas - Recursos hídricos disponíveis - Relações entre as massas de água subterrânea e superficiais - Relações entre as massas de água subterrânea e ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> Teste do balanço hídrico Teste da intrusão salina ou outras Teste do escoamento superficial Teste dos ecossistemas associados/ dependentes das águas subterrâneas





Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.




Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território




Caracterização e Diagnóstico - Massas de Água Subterrânea

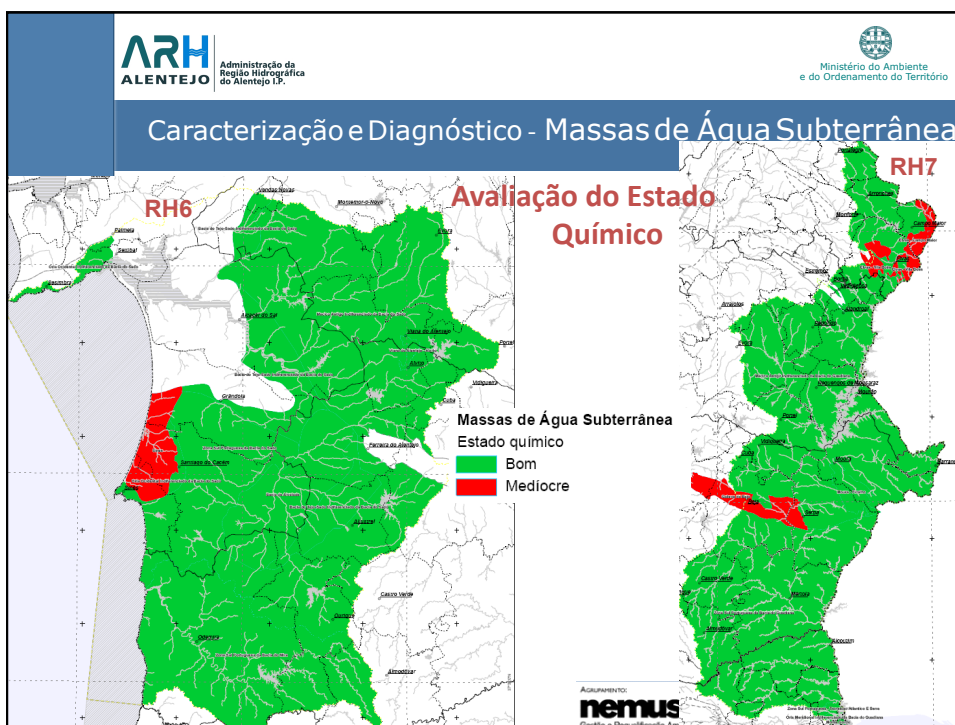
Avaliação do Estado Químico

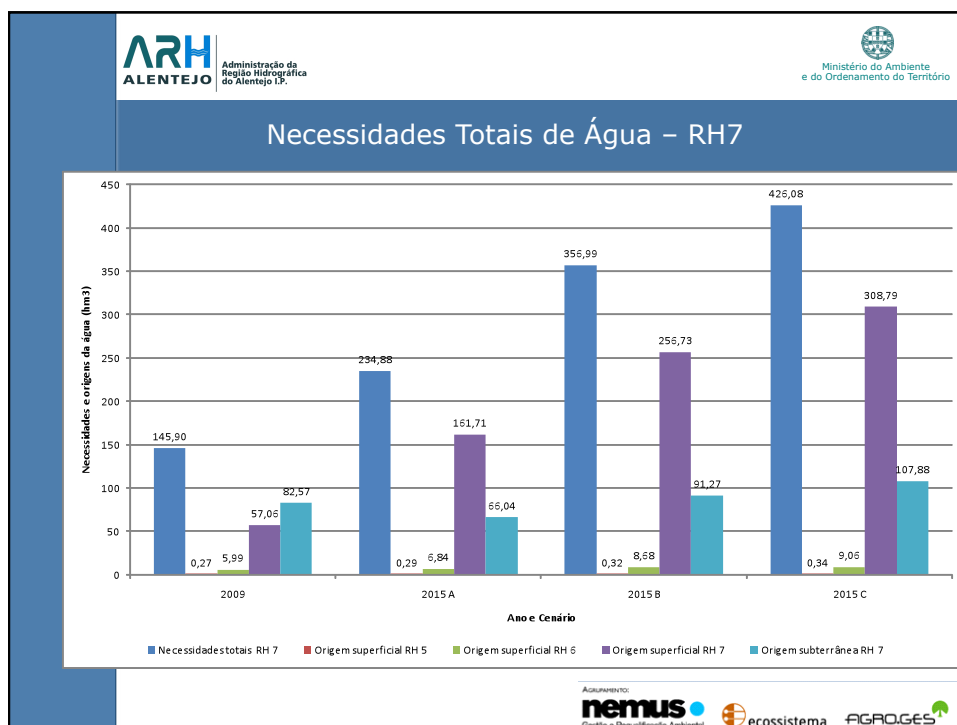
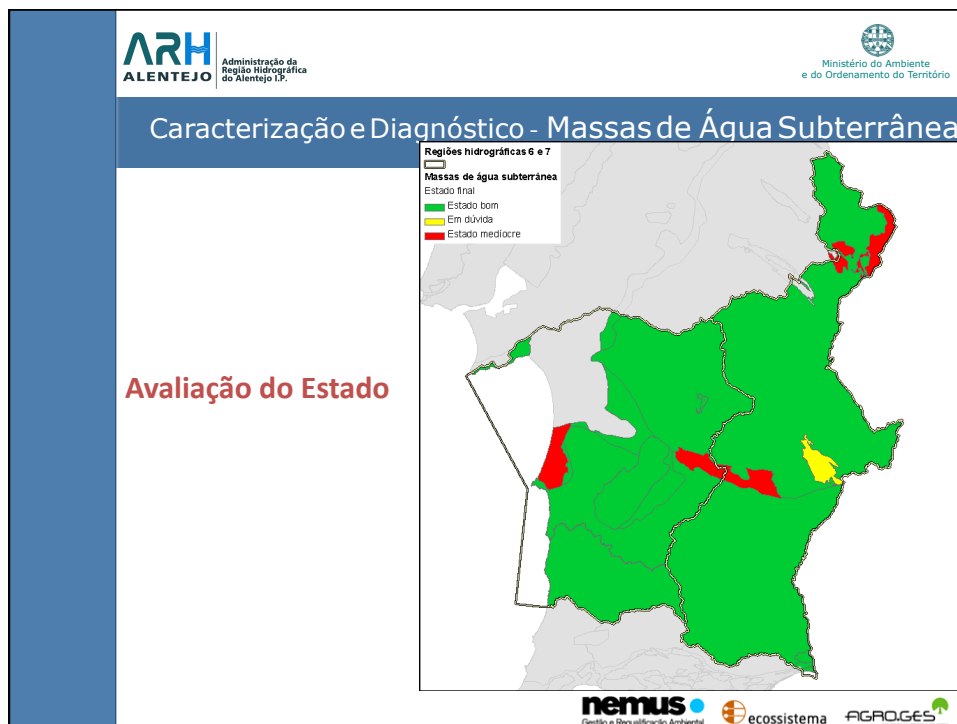
Estado químico	Teste
<p>Critérios considerados - avaliação do estado</p> <ul style="list-style-type: none"> Concentração de parâmetros responsáveis pelo potencial não cumprimento dos objectivos ambientais Efeitos das concentrações de poluentes na qualidade geral das massas de água subterrânea (consumo humano) Relações água doce-água salgada Relações entre as massas de água subterrânea e superficiais Relações entre as massas de água subterrânea e ecossistemas 	<p>Teste de avaliação qualitativa geral</p> <p>Teste das zonas protegidas de água para o consumo humano</p> <p>Teste da intrusão salina ou outras</p> <p>Teste do escoamento superficial</p> <p>Teste dos ecossistemas associados/dependentes das águas subterrâneas</p>

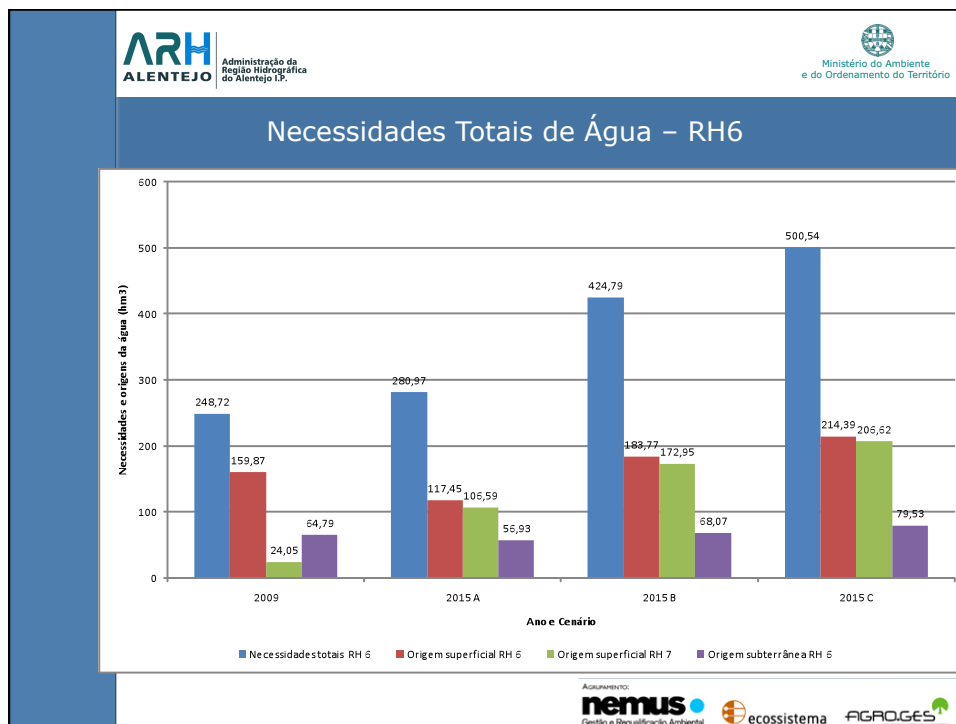


Agrupamento:







ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P. **Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Análise Económica das Utilizações da Água

A importância das utilizações da água, o valor social da água e a recuperação de custos nos sistemas urbanos

A importância económica das utilizações da água

- Contributo das Regiões Hidrográficas para a economia nacional
- Importância dos sectores utilizadores na economia regional
- Distribuição sectorial dos consumos de água
- Produtividade e intensidade de utilização da água

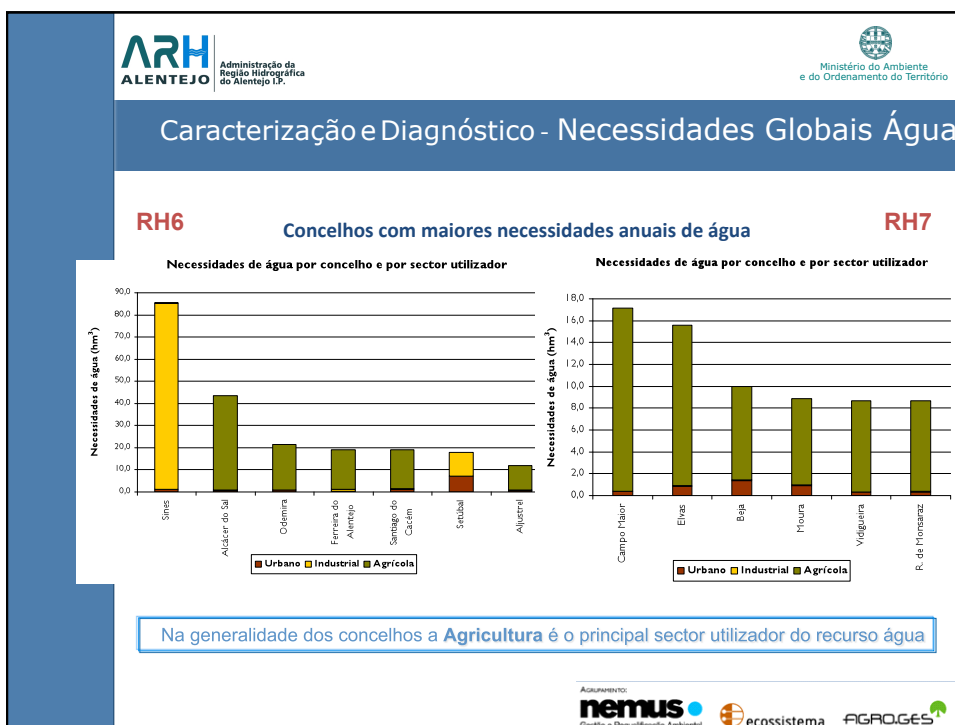
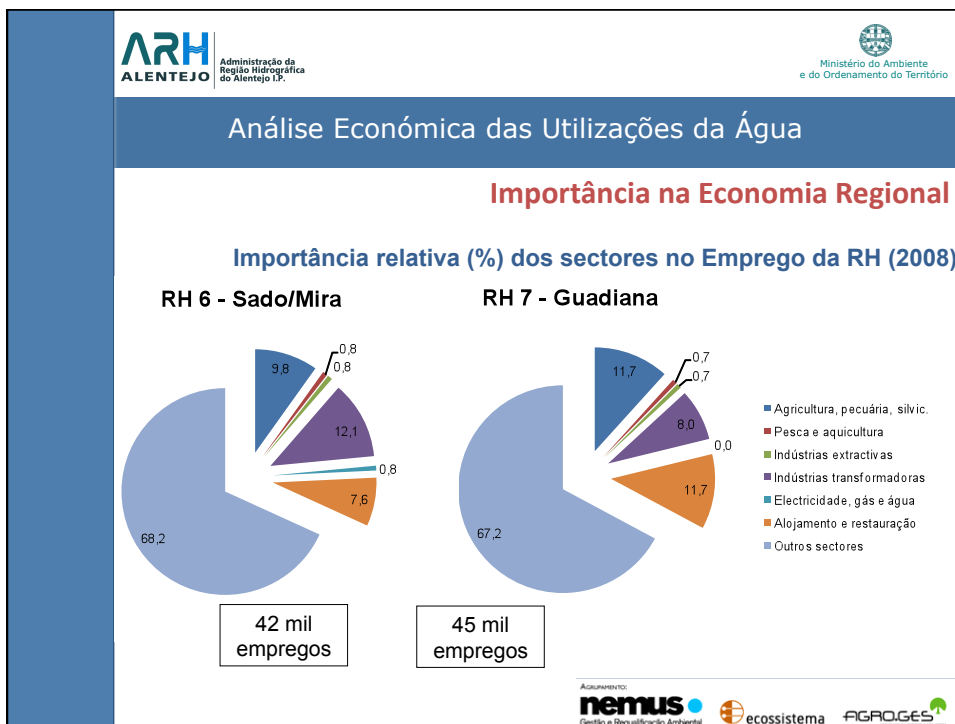
O valor social da água

- Acesso aos serviços e capacidade aquisitiva das famílias

A recuperação de custos nos sistemas urbanos

- Proveitos, custos e respectiva recuperação (AA & DTAR)

AGUPAMENTO: **nemus** Gestão e Requalificação Ambiental | **ecossistema** | **AGROGES**



ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território




Análise Económica das Utilizações da Água

Aspectos a reter

Os principais sectores utilizadores:

- ✓ Geram entre 28% (RH 7) a 40% (RH 6) do VAB regional
- ✓ São responsáveis por 1/3 do emprego regional (+ 40 mil pessoas/RH)
- ✓ Assumem, muitas vezes, protagonismo a nível nacional:
 - Agricultura; Pesca e Aquicultura
 - Indústrias Extractivas; Electricidade, Gás e Água

⇒ **Aumento dos tarifários da água pode ter efeitos negativos na competitividade regional e no emprego – exemplo: Agricultura**




AQUARRENTO:
  




ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território




Análise Económica das Utilizações da Água

Factura média anual – Abastecimento de Água €/ano

Indicador	Continente	RH 6	RH 7
Factura média anual (120 m ³)	106	90	90
Intervalo de Variação	15-203	28-138	15-154
Factura média anual (200 m ³)	187	167	159
Intervalo de Variação	26-383	87-269	26-254

AQUARRENTO:
  

ARH ALENTEJO		Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.		Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território	
Análise Económica das Utilizações da Água					
Factura média anual – Drenagem e Tratamento AR €/ano					
Indicador	Continente	RH 6	RH 7		
Factura média anual (120 m ³)	51	47	51		
Intervalo de Variação	0-168	0-139	6-139		
Factura média anual (200 m ³)	81	88	84		
Intervalo de Variação	0-344	0-223	11-223		
<small>AGUAMENTO:</small>   					

ARH ALENTEJO		Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.		Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território	
Análise Económica das Utilizações da Água					
Capitação doméstica e peso da factura no rendimento médio					
Indicador	Continente	RH 6	RH 7		
Volume médio de água fornecida por habitante (capitação doméstica) (L.hab/dia)	157	178	168		
Volume de consumo anual do agregado familiar típico (m ³)	162	177	155		
Peso da factura média no rendimento médio das famílias (120 m ³) (%)	0,82	0,72	0,99		
Peso da factura média no rendimento médio das famílias (200 m ³) (%)	1,41	1,35	1,70		
<small>AGUAMENTO:</small>   					

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sistemas Urbanos: Recuperação de Custos

Índices	RH6	RH7	Continente
AA – alta e baixa (INSAAR)	96%	45%	82%
AA – só baixa (INSAAR & Inquérito)	96%	48%	-
DTAR – alta e baixa (INSAAR)	65%	21%	48%
DTAR – só baixa (INSAAR & Inquérito)	77%	25%	-
AA+DTAR – só baixa (INSAAR & Inq.º)	84%	40%	-

AGUAMENTO: nemus Gestão e Requalificação Ambiental, ecossistema, AGROGES



ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Estimação da Procura de Água (RH6 + RH7)

- +1 € no preço marginal ⇒ Varição no consumo médio mensal por contador/família: **-1,8 m³**
- **Elasticidades** – variações % no consumo de água decorrentes do aumento de 1% das seguintes variáveis exógenas:
 - +1% Preço marginal: **-0,18%** consumo → **Procura muito rígida!**
 - +1% Rendimento disponível: **+0,21%** consumo
 - +1% média de longo prazo da temperatura máxima: **+1,15%** consumo
 - +1% média anual da temperatura máxima: **+0,83%** consumo

AGUAMENTO: nemus Gestão e Requalificação Ambiental, ecossistema, AGROGES


 Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.
 
 Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Análise Económica das Utilizações da Água




Aspectos a reter



Ambas as RH apresentam «bons» índices de atendimento mas...

- ✓ As **necessidades de renovação e substituição de redes** são muito prementes, sobretudo no Centro e Norte Alentejo
- ✓ As **necessidades de construção** de raiz são mais evidentes em DTAR, sobretudo no Sul Alentejo

A **factura média** dos serviços de águas é inferior ao limiar de 3% da OCDE (mesmo para consumos de 200 m³/ano) mas..

- ✓ Na RH 7 é superior à média do Continente (e ao valor da RH 6)
- ⇒ **Recuperação dos custos da água pode afectar as famílias mais carenciadas e os territórios «deprimidos»**

AGUARIAMENTO:





 Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.
 
 Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Análise Económica das Utilizações da Água

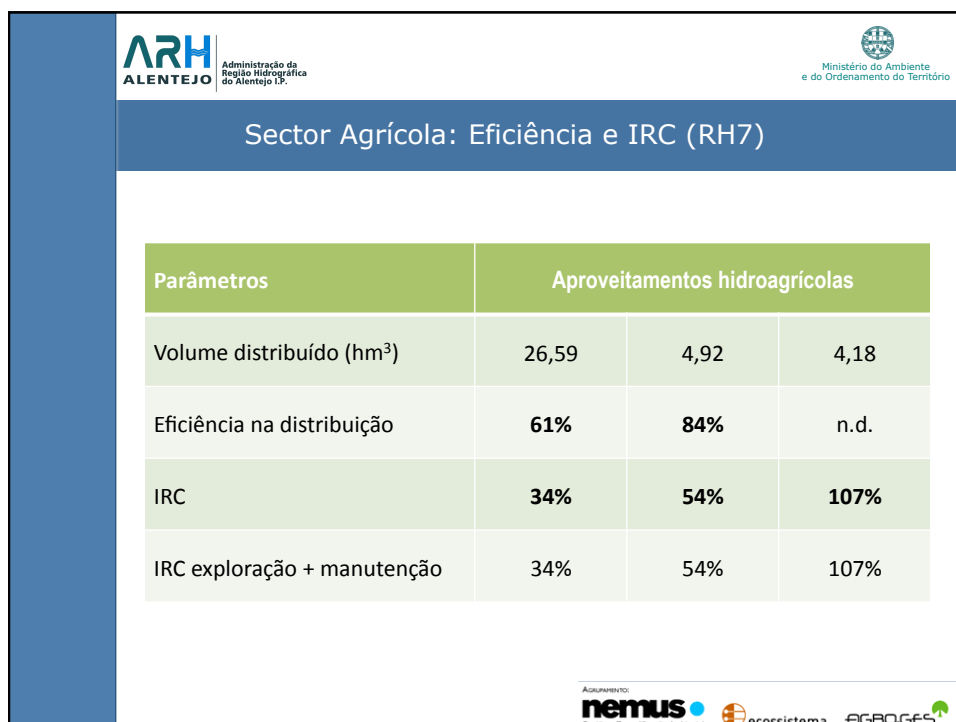
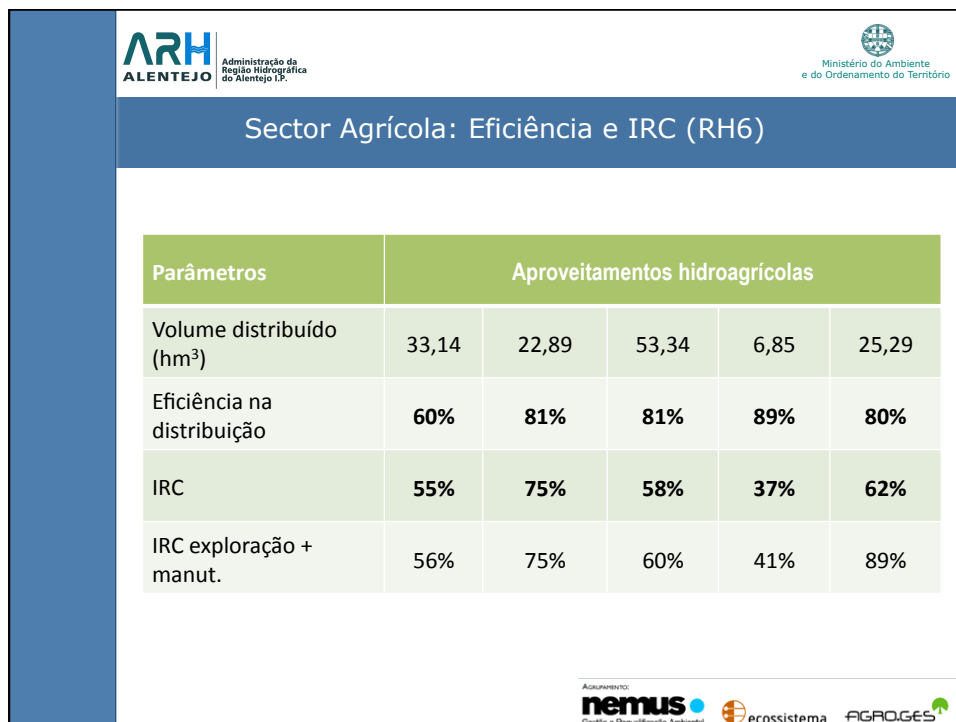
Aspectos a reter

Quanto aos **níveis de recuperação de custos**

- ✓ AA: custos em baixa integralmente cobertos pelos proveitos na RH 6 e 7
- ✓ DTAR: proveitos não asseguram cobertura de custos mas a situação não é tão desfavorável, apesar de ser ainda crítica na RH 7

Tarifários dos sistemas urbanos poderão ser ajustados...

- ✓ Para recuperar custos de DTAR e sobretudo na RH 7 – acautelando a aplicação do princípio do **valor social da água**
- ✓ Por motivos de normalização: redução do n.º de escalões, eliminação de situações de cobrança pelo último escalão e segregação sectorial



ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sector Agrícola - Conclusões

- A ordem de grandeza do actual nível de recuperação de custos nos A. H. das RH 6 e 7 é bastante diverso
- Os resultados não melhoram muito significativamente quando se considera apenas os custos de exploração e manutenção, pois estes representam uma parte muito significativa dos custos totais
- A inclusão dos valores da TRH não altera de forma significativa os IRC, dado o baixo peso relativo da TRH no Custo Total da Água

AGUARIAMENTO:
 nemus Gestão e Requalificação Ambiental
 ecossistema
 AGROGES

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sector Agrícola - Conclusões

- As **tarifas** praticadas actualmente:
 - Não são suficientes para promover a total recuperação dos custos
 - Inviabilizam um conjunto significativo de actividades agrícolas de regadio (cereais, oleaginosas, forrageiras) muito importantes para o equilíbrio agronómico das rotações onde entrem as hortícolas e horto-industriais (implicações na qualidade das massas de água)

AGUARIAMENTO:
 nemus Gestão e Requalificação Ambiental
 ecossistema
 AGROGES

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sector Agrícola - Conclusões

- Elevados custos de exploração e manutenção nos **A.H. públicos**:
 - Elevados níveis de ineficiência da generalidade dos sistemas (estado de degradação de muitas estruturas)
 - Quantidade de mão-de-obra exigido para a sua operação

AGUARDANTE: nemus Gestão e Requalificação Ambiental ecossistema AGROGES

ARH ALENTEJO Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.


Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sector Agrícola - Recomendações


- Aumentos significativos nos tarifários teriam efeitos significativos em termos de diminuição da variedade de culturas de regadio na generalidade dos A.H. e de abandono de superfície cultivada
- Assim, o aumento dos níveis de recuperação de custos deverá ser procurado através de um esforço de redução tanto dos custos unitários de exploração como dos custos unitários de manutenção

AGUARDANTE: nemus Gestão e Requalificação Ambiental ecossistema AGROGES





Administração da
Região Hidrográfica
do Alentejo I.P.




Ministério do Ambiente
e do Ordenamento do Território

Envolvimento dos Stakeholders

Organização do processo de envolvimento

1. Identificação dos temas a abordar nos workshops temáticos, com base em propostas do CRH
2. Identificação de outras entidades/pessoas a convidar (sem prejuízo de se manter sempre o processo aberto a todos os interessados)
3. Produção de documentos de apoio à discussão dos temas agendados e de fichas para recolha dos contributos dos participantes (organizados em grupos de trabalho)
4. Tratamento dos contributos dos grupos de trabalho e sua ponderação na versão preliminar dos PGRH



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



Administração da
Região Hidrográfica
do Alentejo I.P.



Ministério do Ambiente
e do Ordenamento do Território

Envolvimento dos Stakeholders

Sessões Temáticas

- Utilização da Água no Sector Agrícola
- Ciclo Urbano da Água
- Pressões e Estado das Massas de Água

Sessões Técnicas

- Alterações Climáticas



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA